

PÁGINA 1

Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. CNPJ/ME nº 19.725.631/0001-04									
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Balancete patrimonial					Demonstração do Resultado				
Reapresentado					Reapresentado				
Nota 2.1.1					Nota 2.1.1				
31/12/2020					31/12/2020				
Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020		Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020	
Circulante					Receita líquida de vendas				
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.619	4.984		Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	19	20.182	21.222	
Contas a receber	7	3.457	3.457		Energia elétrica comprada para revenda	20	(1.060)	(1.060)	
Estoque	8	912	820		Custo de operação	20	(10.672)	(9.973)	
Tributos a recuperar	9	523	572		Lucro bruto	20	7.276	9.566	
Partes relacionadas	10	2.792	1.060		Despesas gerais e administrativas	21	(2.357)	(3.546)	
Despesas antecipadas	11	2	2		Resultado financeiro	22	4.919	6.020	
Outras contas a receber	11	395	609		Despesas financeiras	22	176	27	
Total do ativo circulante		10.517	11.506		Resultados financeiros		(12.848)	(12.763)	
Não circulante					Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(12.672)	(12.736)	
Realizável a longo prazo					Prejuízo do exercício	23	(693)	(717)	
Partes relacionadas	10	1.418	1.418		Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - RS	18	(8.446)	(8.446)	
Depósitos judiciais	9	23	22		Demonstração do resultado abrangente				
Tributos a recuperar	9	153	46		Prejuízo do exercício				
Impostos diferidos	12	428	292		Outros componentes do resultado abrangente				
Imobilizado	13	127.056	130.188		Total do resultado abrangente		(8.446)	(7.433)	
Intangível	14	127	138		Demonstração das mutações do patrimônio líquido				
Total do ativo não Circulante		127.788	132.104		Capital social				
Total do ativo		138.305	143.610		Subscrito	Integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	
					70.887	(7.500)	(7.380)	56.007	
					5.000	7.500		12.500	
					Reapresentado (Nota 2.1.1)				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
					31/12/2021				
					31/12/2020				
					Fluxos de caixa das atividades operacionais				

obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. (a) Provisão para desmobilização de ativos: A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existent. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. As provisões para desmobilização de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. O valor da provisão de desmobilização foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. Este laudo efetuado em 2020 leva em consideração as obrigações de desmobilização existentes que são em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo com data base 2020 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 3,00% ao ano e atualizados a valor presente à aplicação taxa de desconto de 9,86% ao ano. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.		Composição:		31/12/2021		31/12/2020	
Não circulante		Provisão de desmobilização		1.312		1.129	
Total		1.312		1.129		1.129	
(b) Provisão de ressarcimento: A conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contábeis. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR: A Companhia firmou os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica com 28 distribuidores de energia elétrica no 17º leilão de energia nova promovido em 18 de novembro de 2013. Pela contratação em questão, a Companhia comprometeu-se a vender a totalidade de sua energia gerada às distribuidoras, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de janeiro de 2016 ao preço médio de R\$132,56 por MWh, atualizados anualmente pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Os limites operacionais contratuais são observados sem cobrança de penalidades ou pagamentos de bônus estão nas faixas que variam de 90 a 130% da energia contratada no 1º ano, 90 a 110% no 2º ano, 90 a 110% no 3º ano e 90 a 100% no 4º ano, e apurada ao final de cada ano. Ao final de cada quadriênio apura-se a entrega de ao menos 100% do volume contratado para o período. Nesses casos, os desvios superiores ou inferiores entre os volumes de energia contratados e aqueles efetivamente gerados são reconhecidos no Ativo ou Passivo, respectivamente, mediante a aplicação dos fatores de Penalidades ou Bônus sobre o MWh a ser entregue. Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato serão compensadas em 12 parcelas pelo ressarcimento anual e/ou quadriênio, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 31 de dezembro de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2023. (i) Ressarcimento anual: Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente a aplicação do máximo entre o preço contratual vigente e o PLD – preço de liquidação das diferenças médio do ano na região Nordeste, sobre o montante em MWh que for inferior aos 90% da energia contratada. Caso a energia fornecida seja maior que os limites máximos anuais (130% no primeiro, 120% no segundo, 110% no terceiro e 100% no quarto ano) da energia contratada, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD – preço de liquidação das diferenças da região Nordeste sobre o montante em MWh que extrapolar os limites estabelecidos para cada ano. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 90%, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas. (ii) Ressarcimento quadriênio: Caso a energia gerada no período seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente a aplicação do máximo valor entre o preço contratual vigente ajustado por um valor de penalidade de 6%, ou o PLD – preço de liquidação das diferenças médio do quadriênio na região Nordeste) sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD – preço da liquidação das diferenças na região Nordeste sobre o montante em MWh. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 100% do volume contratado para o período, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês segundo o final do último ano contratual do quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia. O primeiro quadriênio encerrou-se em 31 de dezembro de 2019.		Composição:		31/12/2021		31/12/2020	
Circulante		Provisão de ressarcimento (i)		1.404		813	
Provisão de ressarcimento Despacho nº 2.303/2019 (ii)		11.404		9.357		10.170	
Total		12.808		10.170		10.983	
Não circulante		Provisão de ressarcimento (i)		4.792		1.803	
Total		17.600		14.967		12.766	
(i) Em razão da provisão de ressarcimento despacho mencionado no item (ii) a provisão está sendo demonstrada líquida do efeito do despacho nº 2.303/2019. (ii) Provisão oriunda da suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado e na Contratação de Energia de Reserva, essa suspensão foi determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da emissão do despacho nº 2.303/2019 que ordenou à CCEE que procedesse com a referida suspensão da compensação relativa aos anos contratuais apurados a partir de agosto de 2019 até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off (situações de corte de geração quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda de usinas eólicas). Cabe ressaltar que a Companhia reconheceu as provisões normalmente nos períodos supracitados.		(c) Provisões liminar excludente de responsabilidade: Conforme determinou a Portaria nº 226, de 5 de julho de 2013 do Ministério de Minas e Energia, os empreendimentos negociados no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-3", de 2013, ocorrido em 18 de novembro de 2013, deviam ter seu suprimento de energia elétrica iniciado em 1º de janeiro de 2016. Nesse sentido, a Companhia através de seus consultores externos, entrou com processo judicial contra a ANEEL, a fim de reconhecer seu direito de não ser penalizada em virtude do atraso na implementação das usinas eólicas, alegando a ocorrência de causas excludentes de responsabilidade do grupo pelos fatores que ocasionaram os atrasos no cronograma de obras das usinas, tais como: Embargo ilegal realizado por órgão ambiental incompetente – ICM-Bio; ii. Queda de linha de transmissão de outras empresas sobre as linhas de transmissão das usinas do Grupo. A provisão foi calculada com base nos possíveis efeitos financeiros relacionados a venda de energia durante o pré operacional dos parques, em função do atraso no início das operações, considerando uma eventual revogação da atual liminar. Tais efeitos são calculados de acordo com os dados contabilizados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e época das liminares e atualizados mensalmente pelo IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado.		31/12/2021		31/12/2020	
Circulante		Provisão liminar excludente de responsabilidade		3.784		3.040	
Composição da movimentação (a), (b) e (c):		Saldo Inicial		Provisão / (Reversão)		Atualização Financeira	
Circulante		Liminar excludente de responsabilidade		3.040		813	
Provisão de ressarcimento		Despacho nº 2.303/2019		9.357		1.016	
Total		13.210		837		1.760	
Não circulante		Provisão de ressarcimento		1.803		3.567	
Provisão de desmobilização		Despacho nº 2.303/2019		1.129		60	
Total		16.142		4.664		1.883	
31 de dezembro de 2021		Circulante		Liminar excludente de responsabilidade		3.784	
Provisão de ressarcimento		Despacho nº 2.303/2019		11.404		9.357	
Total		15.188		13.210		14.967	
31 de dezembro de 2020 - Representado (Nota 2.1.1)		13.081		2.186		968	
(d) Causas judiciais: A Companhia possui questões civis, tributárias e regulatórias em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível, o que não é requerido o registro de provisão para perdas nas demonstrações financeiras, abaixo o quadro com os valores envolvidos.		31/12/2021		31/12/2020		31/12/2020	
Regulatório		2.843		3.155		3.155	
Cíveis		2.843		3.211		3.211	
22. Resultado financeiro: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras:		22. Resultado financeiro: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras:		22. Resultado financeiro: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras:		22. Resultado financeiro: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras:	
Edson Sá - Contador - CRC – 1SP263284-0		Edson Sá - Contador - CRC – 1SP263284-0		Edson Sá - Contador - CRC – 1SP263284-0		Edson Sá - Contador - CRC – 1SP263284-0	
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras		Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras		Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras		Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	
Aos Administradores e Acionistas. Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de qualquer fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão e outras ações intencionais. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional		18. Patrimônio líquido: (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito era de R\$ 84.460, dividido e, 84.460.766 ações, estando a quantia de R\$ 79.887, correspondente a 79.887.766 ações ordinárias totalmente subscritas e integralizadas, e a quantia de R\$ 4.574, correspondente a 4.574.000 ações a serem integralizadas conforme Assembleia geral extraordinária - AGE de 7 de outubro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 75.887 dividido em 75.886.766 ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:		31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
Quantidade		Quantidade		Quantidade		Quantidade	
de ações		de ações		de ações		de ações	
RS		RS		RS		RS	
79.886.766		79.887		79.886.766		75.887	
79.886.766		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
79.887		79.887		79.886.766		75.887	
							